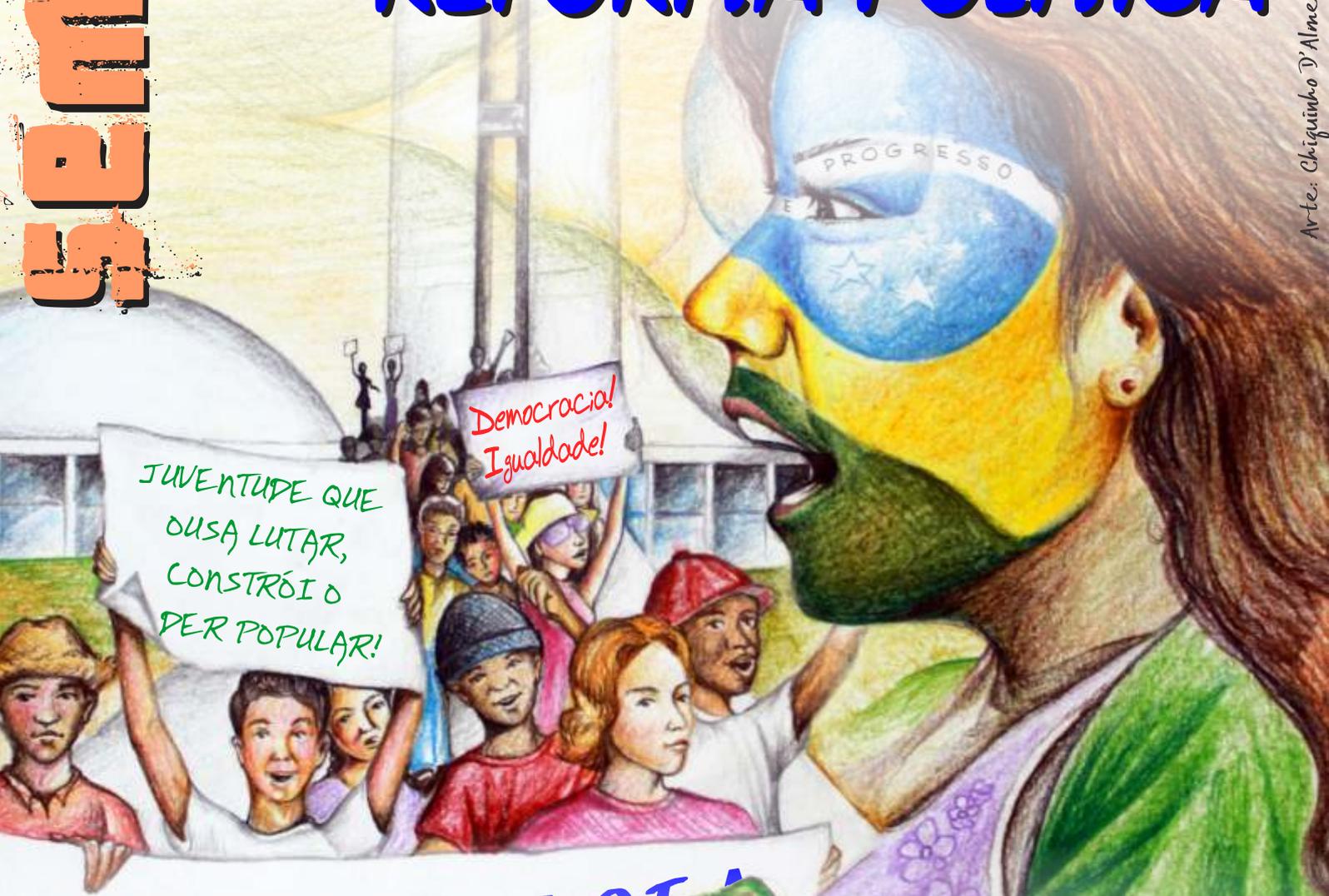


Cidadania 2014

NO
C
O
C
E
M

JUVENTUDE NA LUTA PELA REFORMA POLÍTICA

Arte: Chiquinho D'Almeida



DEMOCRACIA

Reforma P
**É HORA DE TRANSFORMAR
O QUE NÃO DÁ MAIS!**

"Felizes os que tem fome e sede de justiça, porque serão saciados" (Mt 5,6)

JUVENTUDE NA LUTA PELA REFORMA POLÍTICA

Este subsídio é uma produção das Pastorais da Juventude do Brasil:

Pastoral da Juventude - PJ

Pastoral da Juventude Estudantil - PJE

Pastoral da Juventude do Meio Popular - PJMP

Pastoral da Juventude Rural - PJR

Equipe de Elaboração:

Janaína Sales, Elayne Cristina, Uilian Dalpiaz, Júlio F. Costa, Joílson Toledo, Thiesco Crisóstomo, Aline Ogliari, Laécio Vieira, Daniely Barbosa, Guilherme Monteiro, Simone da Silva Serafim, Jone Braga de Moura, Edvaldo Gericó, Tianna Fernandes, Iago Rodrigues Ervanovite, Priscila Rodrigues Naves, Izabella Leite, Rebeca Reis, Emanuel Junior, Ir. Fábio José da Silva, Ir. Ana Carla Assis, Maria das Graças Beserra, Francisco Gabriel.

Revisão: Pe. Antonio Ramos do Prado, Pe. Geraldo Martins e Pe. Ernanne Pinheiro.

Arte da Capa/Cartaz: Chiquinho D'Almeida.

Organização e Diagramação: Thiesco Crisóstomo.

Apresentação

Queridas companheiras e queridos companheiros!

Temos presenciado, nos últimos tempos, a realidade configurada em nosso País, no que diz respeito à Política e seus desdobramentos. Apesar de tantos avanços, algumas questões ainda precisam ser transformadas, de forma a garantir os direitos necessários para que “todos tenham vida e a tenham em abundância” (Jo 10,10).

É perceptível que a sociedade tem contribuído significativamente para as mudanças no cenário político. Na grande maioria das iniciativas, a juventude é parte integrante das articulações, mostrando que ela está atenta aos processos e quer colaborar diretamente na construção de um novo jeito de se fazer a política em nosso País.

As Pastorais da Juventude sempre estiveram presentes no debate dessas questões e contribuem corajosamente através da formação de cidadãos/ãs para que se comprometam também com uma cultura política que leve em consideração a ética e os interesses comuns de toda a sociedade. Queremos que essa formação seja capaz de despertar para a autonomia e para desejo de vislumbrar novas possibilidades de atuação sociopolítica.

Acreditamos ser urgente construir nossa participação, de forma propositiva, na luta pela reforma política, e por isso gritamos com ousadia: “É hora de transformar o que não dá mais!”, alimentados/as pelas palavras de Jesus, que nos diz: “Felizes os que têm fome e sede de justiça, porque serão saciados” (Mt 5,6).

Diante do atual cenário de transformação política no Brasil, apresentamos o Subsídio da Semana da Cidadania 2014, como uma estratégia de enfrentamento, constituindo parte de nosso compromisso apostólico de anunciar e construir vida plena para todos e todas, em especial, para a juventude. Esse Subsídio pretende convocar os nossos grupos de base a desenvolverem, nos mais diferenciados espaços de atuação, estratégias que contribuam para a construção da nova sociedade que temos como utopia: a Civilização do Amor.

Contamos com sua participação!

Na ousadia e na paz inquieta,

Brasil, 05 de abril de 2014.

Pastorais da Juventude do Brasil
(PJ, PJE, PJMP e PJR)

DECONVERSAO

Um olhar para a realidade!

Objetivo: Discutir os problemas sociais do Brasil e identificar suas principais causas.

Ambientação: O ambiente em que nos reunimos é essencial para iniciarmos o encontro. O centro da sala será ambientado com um pano, onde haverá *slogans* de várias campanhas que aconteceram no Brasil (Campanha Nacional Contra a Violência e Extermínio de Jovens, Contra a exploração e abuso infantil, Campanha pelo limite da propriedade da terra, Plebiscito Popular pela Reforma Política, entre outras), papel, hidrocor, tinta guache, pincel e outras notícias e matérias que se relacionem com manifestações. No caminho para a ambientação central imagens de diversas manifestações que ocorreram no Brasil. Haverá também uma bandeira do nosso grupo e de nossa Pastoral e uma bíblia.

Acolhida: Os jovens entram na sala e passam por esse caminho, construído com imagens de manifestações, até a ambientação central ouvindo “Que país é esse?” de Legião Urbana. Após lerem os *slogans* das campanhas, os jovens sentarão em círculo e os coordenadores iniciam a dinâmica.

Dinâmica: Os coordenadores iniciam a conversa perguntando se eles têm conhecimento de alguma das campanhas apresentadas e se sabem de onde podem ser aquelas fotos mostradas.

Após essa pequena conversa inicial, os coordenadores falam brevemente sobre algumas manifestações que já ocorreram no Brasil e o que mudou com elas (Ditadura, Diretas já e Impeachment de Collor). Os coordenadores pedem aos jovens para pensarem se hoje, naquele momento, eles estivessem em uma manifestação e tivessem que levantar alguma bandeira de luta, apenas uma, qual eles levantariam?

Pede-se, então que os jovens construam um cartaz para mostrar o que eles defenderiam durante a manifestação.



Enquanto eles constroem os cartazes colocam-se algumas músicas como, por exemplo, “Brasil” de Cazuza e “Apesar de você” de Chico Buarque.

Discussão: Depois que todos terminarem os cartazes cada um irá expor o porquê eles escolheram cada um daqueles temas.

Perguntas para impulsionar a discussão:

. Há investimento do governo nessa área que você escolheu?
. Apesar de pouco investimento (se for o caso) o serviço público prestado é de qualidade? Por quê?

. É possível mudar essa situação? De que forma?

Ao término dessa discussão os coordenadores farão memória às manifestações do ano de 2013 e falarão da Reforma Política proposta.

. O que é a reforma política que está sendo proposta?

. São necessárias mudanças no modo de votar e organizar eleições? E na forma de eleger candidatos? Se sim, quais mudanças são necessárias?

A partir das respostas, ler o texto abaixo.

Texto:

O Gigante Acordou

Em 2013 o Brasil viveu um momento histórico em que milhões de pessoas foram pras ruas para reivindicar seus direitos.

O ponto pé inicial dessa manifestação foi o aumento do valor das passagens do transporte público, questionamentos sobre a qualidade e segurança dos transportes foram postas em xeque.

Esse questionamento foi apenas o início de uma grande pauta de reivindicações. Temas como educação, transporte, saúde e principalmente corrupção foram levantados. Os gastos exorbitantes com a Copa do Mundo também foram um dos motivos de grande revolta entre os manifestantes.

Frente a todas essas manifestações e 25 anos após a Constituição de 1988, a reforma política democrática no Brasil nunca se fez tão necessária. Em consequência dessa necessidade, 43 entidades da sociedade civil, incluindo a CNBB e a OAB, formaram a Coalizão pela Reforma Política Democrática e Eleições Limpas que tem por objetivo impulsionar uma campanha “cívica, unificada e solidária” para efetivar a reforma política e fortalecer os meios para alcançar a democracia direta.

O projeto de lei de iniciativa popular elaborado pela Coalizão pela Reforma Política Democrática e Eleições Limpas tem como principais propostas:

- 1. A proibição do financiamento privado e a instauração do financiamento democrático de campanha eleitoral;*
- 2. Adoção do sistema eleitoral do voto dado em listas pré-ordenadas, democraticamente formadas pelos partidos, e submetidas a dois turnos de votação;*
- 3. Regulamentação dos instrumentos da democracia participativa, previstos na Constituição;*
- 4. Criação de instrumentos eficazes voltados aos segmentos sub-representados da população, como os afrodescendentes, indígenas, mulheres e jovens.*

Refletindo: Que mudanças queremos propor? De que forma podemos participar dessas mudanças?

Olhando a nossa realidade: Esta frase deve estar escrita em um cartaz, no centro da ambientação: *“Ela está no horizonte – diz Fernando Barri. Me aproximo dois passos, ela se afasta dois passos. Caminho dez e o horizonte corre dez passos. Por mais que eu caminhe, jamais a alcançarei. Pra que serve a utopia? Serve para isso: para caminhar.”* (Eduardo Galeano, em “Janela sobre a utopia”)

O jovem precisa ser pensado, sentido, ouvido como autor e protagonista, como sujeito que é, portador de anseios, de angústias e de expectativas de seu tempo.

Julgar é tomar posição frente ao fato analisado, relacionando-o aos princípios e valores nos quais se acredita. E quais valores são esses, senão os valores da Lei de Deus? Esta reflexão (JULGAR) exige o retorno à ação, tomando decisões de melhor qualidade (AGIR).

Enquanto cristãos, devemos entender que JULGAR é necessário, para que pautemos nossas ações, planejamentos e condutas nos planos de Deus; só assim, alinhados ao Reino, seremos capazes de construir a Civilização do Amor.

Quem JULGA, julga com base em algo. JULGAR não significa DISCRIMINAR, ou, muito menos ainda, significa CONDENAR, posto que esta tarefa somente pertence a Deus. Enquanto cristãos, julgamos para nos localizarmos em nossa caminhada, e nortear nossos passos.

Leitura bíblica: Jo 7, 14-24.

*Para compreender melhor o tema, e orientar nossa caminhada, sugere-se uma dinâmica.

Dinâmica: Os painéis

Material: papel pardo, cola, tesoura, lápis de cor, caneta hidrocor, revistas e jornais (vários)

Música de fundo: "O meu país" - Zé Ramalho

Texto base: O Analfabeto Político

O pior analfabeto é o analfabeto político.

Ele não ouve, não fala, nem participa dos acontecimentos políticos.

Ele não sabe que o custo de vida, o preço do feijão, da carne, da farinha, do aluguel, do sapato e do remédio dependem das decisões políticas.

O analfabeto político é tão burro que se orgulha e estufa o peito dizendo que odeia a política.

Não sabe o imbecil que, da sua ignorância política, nasce a prostituta, o menor abandonado, e o pior de todos os bandidos, que é o político vigarista, pilantra, corrupto lacaio, exploradores do povo. (Bertolt Brecht)

Depois de lido o texto, dividir o grupo de jovens em dois pequenos grupos. Cada grupo deverá preparar um painel que responda e ilustre as seguintes questões:

Grupo A: Como a sociedade vê e trata a juventude?

Grupo B: Como os jovens veem a si mesmos e a sociedade?

Após a confecção dos painéis, irão se reunir em roda para apresentarem as ideias. A partir do que foi visto, e do texto lido, o animador convidará a todos/as os/as jovens a partilhar "como a sociedade o vê, enquanto jovem" e "como ele se vê, enquanto jovem".

Enquanto jovens cristãos, como devemos nos portar perante esta proposta de reforma política? Quais atitudes devemos ter? O que Cristo espera de nós?

Todos de pé, e de mãos dadas novamente, finalizam o encontro com a oração do Pai Nosso.

Despedida: Música Um novo Sol.

Participação Popular é o que queremos!

Objetivo: Refletir sobre a participação popular nas decisões mais importantes da sociedade brasileira.

Ambientação: Para a ambientação podemos trazer bandeiras e cartazes com palavras de ordem expressando o nosso desejo de participar da vida da sociedade. Importante ter também a Bíblia, ao centro, além da bandeira do grupo e de fotos de algumas ações que o grupo constrói.

Acolhida: Na chegada, dois jovens podem estar na porta desejando boas vindas e dizendo: “Sua participação é importante. Não deixe de lutar por um Brasil melhor!”.

Quando todos estiverem no local do encontro, podemos cantar uma música de acolhida para todos e todas.

Para início de conversa

Participação popular é o que queremos!

Introdução

A democracia representativa apresenta sinais de crise e está cada vez mais distante dos anseios populares. Diante desse panorama, os Estados que buscam manter o regime democrático de direito estão prevendo, em suas legislações, mecanismos de participação popular como um complemento ao sistema de democracia representativa, o que permite aos cidadãos, em certas ocasiões, deliberar sobre assuntos políticos de forma direta. O Brasil adotou, no art. 14, incisos I, II e III, da Constituição Federal de 1988, o plebiscito, o referendo e a iniciativa popular como mecanismos de participação direta. No entanto, a utilização desses institutos ainda não é uma prática cotidiana em nosso país, situação que se torna ainda mais difícil pelo fato de a legislação infra constitucional relacionada a tais institutos (Lei 9.709/98) ser lacunosa e não solucionar questões cruciais que permitiriam a viabilidade prática da participação popular, pois todas as ações devem ser convocadas pelo legislativo ou por atos administrativos e não por uma ação popular concreta.



Maior Participação Popular

O Estado brasileiro adotou, em seu texto constitucional, a democracia representativa conjugada a mecanismos de participação popular, ou seja, nossa democracia deve ser exercida, conjuntamente, por representantes livremente eleitos pelo povo e, na medida do possível, diretamente pelos cidadãos. Ressalta-se que, no cenário político mundial, a representação assume o papel central no jogo democrático em quase todas as democracias, o mesmo ocorrendo no Brasil. No entanto, o instituto da democracia participativa vem ganhando cada vez mais espaço, o que contribui sobremaneira para o aperfeiçoamento do Estado que pretenda verdadeiramente firmar-se como democrático.

Os setores populares, articulados pelos movimentos sociais, destacaram-se nessa ampla e diversa luta pela democratização do país, carregando o sonho de que tal luta conseguiria romper os vínculos centenários do Estado brasileiro com interesses oligárquicos e permitiria, assim, aos segmentos tradicionalmente excluídos, uma participação política mais efetiva.

O clamor social por mais liberdade e participação despontou uma sociedade mais bem organizada, unida por meio de distintos setores, com projetos políticos diferenciados, o que fez entoar, por toda a nação, um discurso unânime de valorização à cidadania, à democracia, à descentralização, à participação da sociedade na gestão de seus interesses comuns. Por esse discurso, condenou-se o monopólio estatal sobre a gestão da coisa pública e, assim, a sociedade passou a exigir um maior controle sobre o Estado. A luta pela concretização da ampliação da participação era um norte para a política nacional e, em decorrência, a soberania popular tornou-se a palavra-chave a embasar a vontade de participação da sociedade na vida política do país. Todavia, na prática, a soberania popular não logrou efetivar seus anseios, tendo em vista as poucas oportunidades que o país lhe ofereceu para participar diretamente da política.



A tese de que o povo não sabe o que é democracia, de que não sabe votar, por muito tempo justificou uma democracia elitista, a qual buscava colocar no poder pessoas “preparadas” para o seu exercício, com o argumento de que estariam mais aptas a filtrar o interesse geral da sociedade. A educação é importante, mas não deve ser um argumento para afastar o cidadão das decisões políticas, até porque tais decisões também atingirão seus interesses. José Afonso da Silva (1998) questiona o quão falaciosa é a idéia de

que o cidadão só poderia votar quando atingisse um nível educacional adequado para tal. Que nível adequado seria esse? Na prática, esse argumento leva a um círculo sem fim, no qual o povo jamais conseguiria atingir o direito de votar, e, portanto, ficaria alijado do poder político.

Aos sinais de desgaste da democracia indireta pura, surge como uma alternativa a implementação de mecanismos de participação popular de forma complementar à representação.

São cinco os mecanismos de participação popular, os mais conhecidos e utilizados no mundo são: plebiscito, referendo, iniciativa popular, recall e veto popular.

De forma sucinta, o plebiscito consiste em uma consulta à opinião pública para decidir questão política ou institucional, não necessariamente de caráter normativo. A consulta é realizada

previamente à sua formulação legislativa, autorizando ou não a concretização da medida em questão.

O referendo é uma consulta à opinião pública para a aprovação de normas legais ou constitucionais relacionadas a um interesse público relevante. A consulta é feita após a aprovação do projeto normativo e, como consequência, pode aprová-lo ou rejeitá-lo.

A iniciativa popular enseja ao povo a oportunidade de apresentar ao Poder Legislativo um projeto normativo de interesse coletivo, o qual, após discussão parlamentar e respeitados os requisitos do processo legislativo, pode se transformar em lei. É um instituto que, quando bem estruturado, dá força de voz à soberania popular.

O recall é um mecanismo de participação popular, sua forma de aplicação mais conhecida é aquela que possibilita aos cidadãos revogarem o mandato político de determinado representante se estiverem insatisfeitos com sua atuação.

Veto popular, confere-se o direito aos cidadãos de opinar se determinada lei, discutida e aprovada pelo Poder Legislativo, será vigente no país ou não. Geralmente é determinado um prazo, após a promulgação da lei, para o eleitor se manifestar. A aprovação popular é condição necessária para a lei entrar em vigor.

O Brasil optou por regular apenas os três primeiros mecanismos mencionados. Para a funcionalidade desse sistema, não basta uma previsão constitucional que ateste a existência de mecanismos de participação popular; é necessária, também, uma legislação infraconstitucional sólida que lhes dê dinamismo e garanta a sua aplicação prática.

Exemplos concretos de participação popular no Brasil

Em relação ao plebiscito, apenas dois ocorreram oficialmente, após a nova ordem constitucional estabelecida em 1988. Referimo-nos ao plebiscito previsto no art. 2º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, que levou os brasileiros às urnas em 1993 para escolher entre a república e a monarquia constitucional, bem como entre o parlamentarismo e o presidencialismo. O debate à época não se deu por completo, pois, conforme a imprensa noticiou, muitos brasileiros, mesmo diante das urnas, nem sequer sabiam diferenciar com exatidão cada uma das propostas apresentadas.

Quanto à iniciativa popular, apontamos a elaboração da Lei 8.930/94, fruto de uma intensa campanha liderada por Glória Perez, redatora de novelas para a Rede Globo de televisão e mãe da atriz Daniela Perez, assassinada cruelmente à época por um ator que com ela contracenava em novela escrita pela própria Glória Perez. Tal lei deu nova redação ao art. 1º da Lei 8.072/90 e ampliou o rol dos crimes hediondos, inafiançáveis e insuscetíveis de graça ou anistia, para nele também incluir o homicídio qualificado. Após, somente em 1999 houve a repercussão de outro projeto de lei com base em iniciativa popular. Fruto de uma campanha contra a corrupção eleitoral, gerou a Lei 9.840/99, que deu maiores condições à Justiça eleitoral para coibir a compra de votos. Em 2010 a Lei da Ficha Limpa - 135/10, torna inelegível por oito anos um candidato que tiver o mandato cassado, renunciar para evitar a cassação ou for condenado por decisão de órgão colegiado (com mais de um juiz), mesmo que ainda exista a possibilidade de recursos. Precisamos dar mais dinâmica para essa lei, diminuindo o número necessário de assinaturas, assim como a possibilidade de assinatura virtual.

Dos plebiscitos realizados por



movimentos sociais (Alca, Vale, dívida externa etc) que, embora não tivessem efeito legal, exerceram forte efeito moral. A Alca, por exemplo, não se realizou por causa do plebiscito. Além disso, houve consulta recente para desmembramento do Estado do Pará, houve outro sobre mudança de horário no Acre.

Em 2005, houve o referendo sobre a venda de armas no país. Os que defendíamos a proibição da venda fomos derrotados. Veja nota, por exemplo, no site do TSE:

<http://www.tse.jus.br/eleicoes/plebiscitos-e-referendos/referendo-2005> ou ainda

http://www.deolhonoestatuto.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=33&Itemid=40

Conclusão

A sociedade é dinâmica e o ser humano luta por mudanças e por sua inserção social. Assim, o paradigma de cidadania em uma determinada época está em constante transformação. É com base nesse dinamismo histórico que podemos resgatar o sentido inclusivo de cidadania, fundamental para respaldar a ampliação do processo democrático, cujo sucesso também está diretamente relacionado ao aperfeiçoamento dos mecanismos de participação, instrumentos indispensáveis para fortalecer o princípio da soberania popular neste momento histórico em que a democracia representativa mostra sinais de desgaste.

Estamos assistindo, hoje, a uma busca pela ampliação da democracia da esfera política do Estado para o campo das relações civis, o que implica a conquista de espaços democráticos nos mais diversos locais de convivência, como na família, na escola, na igreja, no bairro, no local de trabalho etc.

Dentro desse contexto, podemos dizer que existe viabilidade sim para a implementação dos mecanismos de participação popular, os quais, inclusive, podem ser diretrizes para consolidar espaços mais democráticos não apenas na esfera governamental, mas também na esfera das relações civis, o que significa trazer o diálogo democrático para o dia-a-dia das pessoas e incentivar valores como respeito e tolerância na vivência de cada indivíduo que compõe a sociedade.

Na esfera governamental, no entanto, acreditamos que a utilização de tais mecanismos é um complemento indispensável para a manutenção do regime democrático.

Daí a importância de uma legislação sólida para determinar um rumo sobre quais assuntos devem, necessariamente, passar pelo crivo da participação direta dos cidadãos, a fim de obter legitimidade.

Iluminação Bíblica (1 Samuel 2, 2-4).

Ninguém é santo como o Senhor. Não existe outro Deus, além de vós, nem rochedo semelhante ao nosso Deus. Não multipliqueis palavras orgulhosas, não saia da vossa boca linguagem arrogante, porque o Senhor é um Deus que tudo sabe; por ele são pesadas as ações. Quebra-se o arco dos fortes, enquanto os fracos se revestem de vigor.

Dinâmicas de grupo

Objetivo: refletir sobre a importância da participação social dos jovens.

Materiais necessários: Aparelho de som para reprodução da música (pode ser um computador. A música pode ser baixada na internet a partir do link que segue no final desta roda) e cópias da letra da música.

Desenvolvimento: Escutar a música “É”, de Gonzaguinha, acompanhando a letra da mesma. Após a escuta, refletir em pequenos grupos sobre a importância da participação social. Pode haver uma pequena plenária para expor o que foi refletido.

É (Gonzaguinha)

É!

A gente quer valer o nosso amor
A gente quer valer nosso suor
A gente quer valer o nosso humor
A gente quer do bom e do melhor...
A gente quer carinho e atenção
A gente quer calor no coração
A gente quer suar, mas de prazer
A gente quer é ter muita saúde
A gente quer viver a liberdade
A gente quer viver felicidade...

É!

A gente não tem cara de panaca
A gente não tem jeito de babaca
A gente não está
Com a bunda exposta na janela
Pra passar a mão nela...

É!

A gente quer viver pleno direito
A gente quer viver todo respeito
A gente quer viver uma nação
A gente quer é ser um cidadão
A gente quer viver uma nação...
É! É! É! É! É! É! É! É!...

É!

A gente quer valer o nosso amor
A gente quer valer nosso suor
A gente quer valer o nosso humor
A gente quer do bom e do melhor...
A gente quer carinho e atenção
A gente quer calor no coração
A gente quer suar, mas de prazer
A gente quer é ter muita saúde
A gente quer viver a liberdade
A gente quer viver felicidade...

É!

A gente não tem cara de panaca
A gente não tem jeito de babaca
A gente não está
Com a bunda exposta na janela
Pra passar a mão nela...

É!

A gente quer viver pleno direito
A gente quer viver todo respeito
A gente quer viver uma nação
A gente quer é ser um cidadão
A gente quer viver uma nação
A gente quer é ser um cidadão...

Gesto Concreto

Ficará a cargo do grupo realizar um gesto concreto com base em tudo o que foi apresentado neste encontro, lembrando sempre que a Semana da Cidadania tem o objetivo de fazer os jovens impactarem positivamente a Comunidade/Dioceze/Estado. Então mãos na massa jovens do Meio Popular.

Sugestões

Filme “Saneamento Básico”

Traz à tona os problemas do tratamento de questões ambientais separadas das questões culturais, mesmo diante do entendimento atual de que não há uma dicotomia entre estas duas áreas. Neste contexto, também se coloca a necessidade da participação popular nas decisões relacionadas às políticas públicas.

Sites

Entrevista especial com Ivo Lesbaupin sobre Reforma Política: <http://migre.me/iz9Fw>.

Vídeo da Música “É”, de Gonzaguinha: <http://migre.me/iz9HH>.

DE CONVERSAS

RODA

RE

Todo Poder emana do POVO!

Objetivo: Provocar os jovens a construir e fortalecer mecanismos de participação popular.

Ambientação: Para a ambientação, o grupo pode providenciar cartazes de campanhas como os plebiscitos populares que aconteceram ao longo de nossa história, cartazes dos Gritos dos Excluídos e também das Semanas da Cidadania e dos Dias Nacionais da Juventude. Importante dizer que os Movimentos Sociais do Brasil estão construindo um novo plebiscito, sem valor oficial, pois não foi convocado pelo Congresso Nacional, para a construção de uma Assembléia Constituinte exclusiva para a Reforma Política. No final desta roda, teremos os links para baixar os materiais dessa campanha.

Acolhida: A acolhida pode ser feita com a música “Coração Civil”, de Milton Nascimento, ao fundo. Na entrada, cada jovem receberá uma tira de papel com o título do encontro, retirado do artigo 1º da Constituição Federal: “Todo poder emana do povo!”.

Para início de conversa

Este ano estamos numa grande efervescência política. Sem dúvida, as manifestações do ano passado foram a força geradora desse momento histórico. Também as eleições desse ano aparecem como possibilidade real de não perdemos o trem da história e construirmos outras possibilidades de representação. Apesar disso, temos claro que não basta apenas trocar quem senta nas cadeiras, mas é essencial uma mudança de paradigma, mudança na forma de representação política no Brasil.

É por isso que muitos movimentos populares, Igrejas e ONGs se reuniram ao longo do ano passado e decidiram construir um grande debate com a sociedade brasileira. É a partir dessa união que nasceu o Plebiscito Popular por uma Constituinte Exclusiva e Soberana do Sistema Político. Isso significa que precisamos mudar “as regras do jogo”, mudar o Sistema Político Brasileiro. E isso só será possível se a voz dos milhões que foram as ruas em 2013 for ouvida.

Para melhor entendermos o que queremos com esse Plebiscito, vamos refletir o texto abaixo:



Plebiscito Popular e Evangelii Gaudium

Fragmentos do texto de Pe. Alfredo J. Gonçalves, cs, disponível em <http://migre.me/iFkVR>

No Brasil, o ano de 2014 se descortina denso de eventos grandiosos e espetaculares. Além da coincidência entre Copa do Mundo e Eleições Majoritárias (coincidência já bem conhecida e notória no cenário nacional), está em curso o Plebiscito Popular por uma Constituinte Exclusiva e Soberana do Sistema Político. Lançado no auditório central da Universidade Católica de Brasília, no dia 15 de novembro de 2013, por ocasião do 9º Encontro Nacional do Movimento de Fé e Política, o Plebiscito representa um processo de debates, reflexão e atividades que tem como horizonte a coleta de votos na Semana da Pátria de 2014, de 1º a 7 de setembro. Também a Plenária Nacional dos Movimentos Sociais, reunida no dia 16 de novembro pp., em Brasília, chama a atenção para esse importante exercício pedagógico da Política (com P maiúsculo, como costuma dizer o povo). Portanto, uma iniciativa herdada um ano para o outro como contribuição dos movimentos e organizações populares, “um grande movimento de reoxigenação da democracia brasileira”.



Nesta passagem de ano, que é sempre tempo de parada e reflexão, podemos tomar emprestadas da Exortação Apostólica Evangelii Gaudium (A alegria do Evangelho), do Papa Francisco, algumas luzes de como nos orientarmos não só na vida pessoal e familiar, mas também no compromisso de uma fé que se desdobra em ações sociais e políticas na construção do bem comum. A primeira luz reflete a marca registrada do atual Pontífice na própria frase de abertura do documento: “A alegria do Evangelho enche o coração e a vida inteira daqueles que se encontram com Jesus” (EV, 1). Trata-se de reencontrar o sentido profundo da Boa Nova trazida pelo Menino que nasce numa manjedoura, à margem da cidade, como a nos lembrar que o Reino de Deus mergulha suas raízes mais profundas nas periferias e nos porões da sociedade.

A segunda refere-se à exigência social de todo processo evangelizador. Diz textualmente o documento: “Desejo agora partilhar as minhas preocupações relacionadas com a dimensão social da evangelização, precisamente porque, se esta dimensão não for devidamente explicitada, corre-se sempre o risco de desfigurar o sentido autêntico e integral da missão evangelizadora” (EV, 176). Esta posição reflete o pano de fundo da Doutrina Social da Igreja, segundo a qual “a política é uma das melhores formas de exercer a caridade”. Mais ainda quando envolve no processo o maior número de cidadãos, como é o caso da iniciativa relacionada ao Plebiscito Popular.

Depois, em outro lugar, a Papa alerta para a funesta cultura do descartável: “A cultura do bem-estar anestesia-nos a ponto de perdermos a serenidade se o mercado oferece algo que ainda não compramos, enquanto todas estas vidas ceifadas por falta de possibilidades nos

parecem um mero espetáculo que não nos incomoda de forma alguma” (EV, 54). Ou seja, a vida e a dignidade humana estão acima do desejo frenético sobre todas as novidades que a tecnologia e o progresso não se cansam de apresentar, na tentativa de seduzir-nos. Prossegue o texto pontifício: “Uma das causas desta situação está na relação estabelecida com o dinheiro, porque aceitamos pacificamente o seu domínio sobre nós e as nossas sociedades. A crise financeira que atravessamos faz-nos esquecer de que, na sua origem, há uma crise antropológica profunda: a negação da primazia do ser humano” (EV, 55).

Esse estado de coisas requer de fato uma nova forma de “fazer política”. Está em jogo a prática democrática em todas as instâncias do Estado. Constatam-se a necessidade absoluta e urgente de novos canais, novos mecanismos e novos instrumentos de participação popular na vida pública. Esta, para adquirir um caráter efetivamente democrático, precisa que os espectadores desçam das arquibancadas e entrem em campo. Somente assim os cidadãos poderão exercer um controle não apenas sobre o orçamento público, mas também sobre as decisões a serem tomadas em favor de todos. Voltemos à Exortação Apostólica: “Enquanto os lucros de poucos crescem exponencialmente, os da maioria situam-se cada vez mais longe do bem-estar daquela minoria feliz. Tal desequilíbrio provém de ideologias que defendem a autonomia absoluta dos mercados e a especulação financeira. Por isso negam o direito de controle dos Estados, encarregados de velar pela tutela do bem comum. Instala-se uma nova tirania invisível, às vezes virtual, que impõe, de forma unilateral e implacável, as suas leis e as suas regras” (EV, 56).

Para Refletir

A partir do texto e do Magistério da Igreja, especialmente a encíclica do Papa, a que nos sentimos provocados? Como podemos ser uma Igreja sem medo, um espaço de acolhida e de defesa da vida de nosso povo? Como engajar Fé e Vida na construção do Plebiscito Popular pela Constituinte exclusiva para a reforma política, como uma das alternativas viáveis para o Brasil? É importante ficar claro que alguns pontos da reforma política mexem com a Constituição e não podem ser modificados por projeto de lei de iniciativa popular. Necessitariam de PEC (proposta de emenda constitucional). Como se entende que nenhum parlamentar proporá isso, surge então a ideia da constituinte exclusiva, defendida pelo pelos movimentos sociais que constroem o Plebiscito.

Após a reflexão, pode ser cantada mais uma vez a música Coração Civil, de Milton Nascimento.

Pai-Nosso

«Prefiro uma Igreja
acidentada, ferida e
enlameada por ter saído
pelas estradas, a uma
Igreja enferma pelo
fechamento e a
comodidade de se
agarrar às próprias
seguranças»



Evangelii Gaudium

Oração

Deus Pai-Mãe de sabedoria infinita, permita-nos caminhar junto do povo, defendendo acima de tudo a vida, sendo Igreja jovem e peregrina. Por nosso Senhor Jesus Cristo.
- Amém.

Saideira (fazer ciranda)

Pisa ligeiro, Pisa ligeiro.

Quem não pode com formiga, não atça o formigueiro.

Quem não pode com formiga, não atça o formigueiro!

Quem não pode com formiga, não atça o formigueiro!

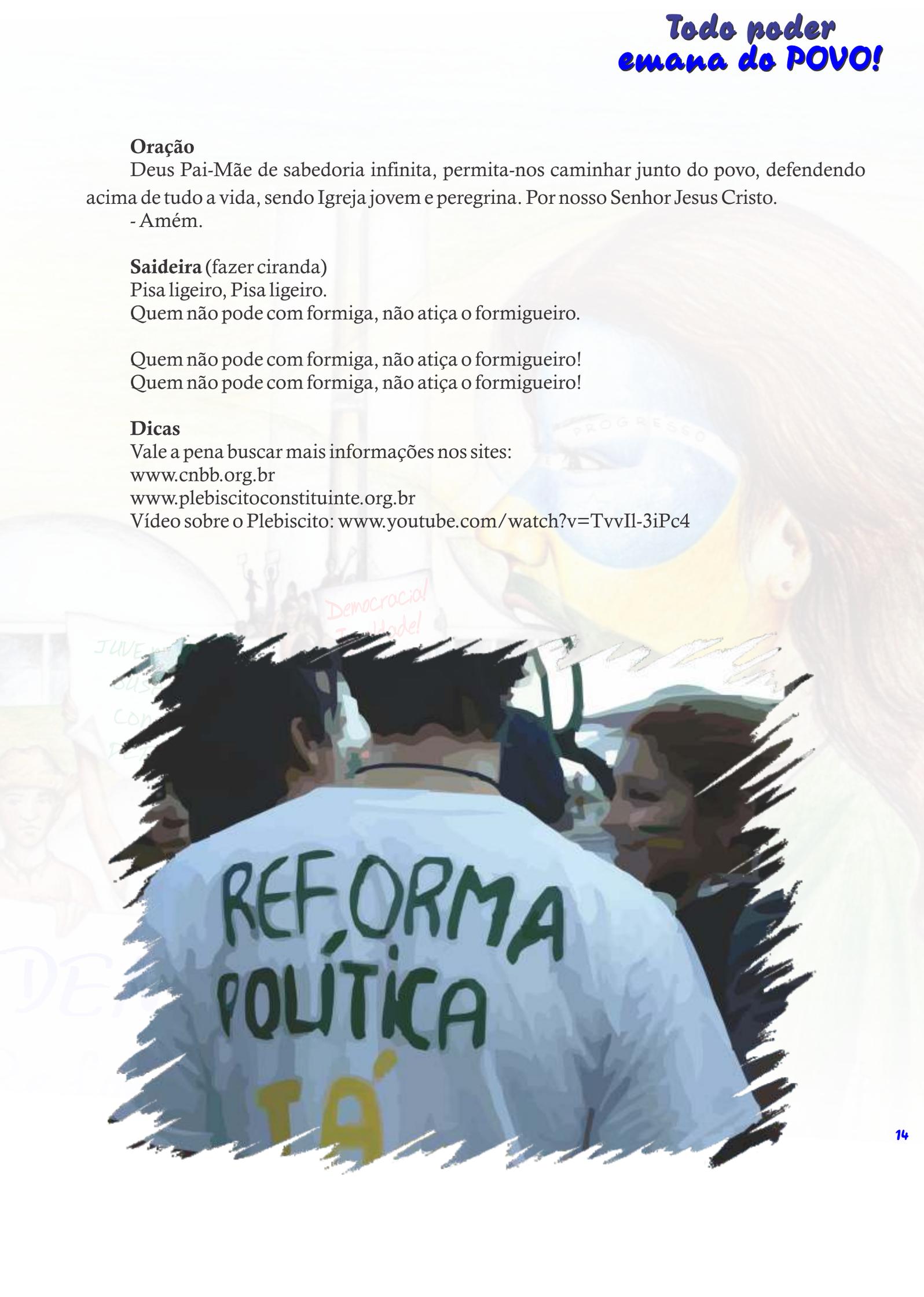
Dicas

Vale a pena buscar mais informações nos sites:

www.cnbb.org.br

www.plebiscitoconstituente.org.br

Vídeo sobre o Plebiscito: www.youtube.com/watch?v=TvvII-3iPc4



Disporemos aqui de dois materiais:

- O primeiro é a carta de Dom Joaquim Mol, Bispo responsável pelo acompanhamento à reforma política.
- O segundo material é a ficha de coleta de assinaturas para a Lei de Iniciativa Popular proposta pela Coalizão pela Reforma Política.



CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL

Secretariado Geral

Brasília, 1º de novembro de 2013

SG – C – Nº 0688/13

Prezados (Arce)Bispos do Brasil, caros irmãos
Paz

A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB, ciente da necessidade de mudanças mais profundas na realidade política do Brasil, criou uma Comissão de Acompanhamento da Reforma Política, presidida por mim. Esta carta, que foi apresentada ao Conselho Permanente da CNBB em 24/10/13, cumpre o objetivo de informar sobre os últimos acontecimentos acerca deste assunto e também de convidar a todos os bispos a acompanharem e participarem, em suas Dioceses, do movimento que se iniciou recentemente.

Seguem os principais pontos.

1. Várias tentativas de Reforma Política foram feitas no Congresso Nacional. Todas foram infrutíferas por uma única razão: os congressistas não têm interesse em reformar o sistema político e eleitoral do nosso país, por se encontrarem em zona de conforto no atual sistema. É verdade, igualmente, que há vários parlamentares empenhados em fazer uma Reforma Política.
2. Algumas entidades organizadas na sociedade civil, percebendo a dificuldade instalada no Congresso Nacional, organizaram debates e formularam propostas de Reforma Política, com o intuito de coletarem assinaturas para um Projeto de Lei de Iniciativa Popular.
3. Ao percebermos o ambiente político modificado pelas manifestações a partir de junho e ao mesmo tempo as várias propostas de Reforma Política em circulação, mas sem a necessária conjunção de forças, a CNBB convidou um conjunto expressivo de entidades da sociedade civil¹, para um encontro em sua sede, dia 14/08/2013, com vistas a unificarmos os objetivos e as áreas a serem reformadas. Quinze entidades compareceram e aceitaram a proposta.
4. Nesta primeira reunião foi eleita a coordenação do movimento e foi definida a tarefa da mesma: apresentar uma proposta de Projeto de Lei de Reforma Política para o Brasil, abrangendo cinco áreas escolhidas pelos presidentes das entidades, a saber:
 - a. afastamento do poder econômico das eleições;
 - b. adoção do sistema eleitoral do voto dado ao partido e depois a um candidato de uma lista formada democraticamente;
 - c. alternância de gênero nas listas de candidatos;
 - d. fortalecimento dos partidos e fidelidade partidária programática;
 - e. regulamentação dos instrumentos da democracia direta, previstos no Artigo 14 da Constituição: projeto de lei de iniciativa popular, referendo e plebiscito.

Este delicado trabalho exigiu que todos colocassem suas propostas sobre a mesa para sofrerem as alterações de interesse comum às entidades. Todos ofereceram e todos cederam. O Projeto

¹ CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), o MCCE (Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral), a Plataforma dos Movimentos Sociais, Reforma do Sistema Político, a Frente Parlamentar pela Reforma Política, participação popular, a CUT (Central Única dos Trabalhadores), o CONIC (Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil), a UNE (União Nacional dos Estudantes), a UBES (União Brasileira dos estudantes secundaristas), Contag (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura), CNLB (Conselho Nacional do Laicato do Brasil), o MST (Movimentos dos Trabalhadores sem Terra), a CBJP (Comissão Brasileira de Justiça e Paz), a Fenaj (Federação Nacional dos Jornalistas), a Cáritas Brasileira e CBJP (Comissão Brasileira de Justiça e Paz).

de Lei ficou pronto e posteriormente foi apresentado, aperfeiçoado e aprovado pelo plenário das entidades.

5. Dia 3/9/2013, num ato público realizado na CNBB, com participação de muitas pessoas, foi dado ao conhecimento público a proposta unificada do Projeto de Lei com o nome de "Coalizão pela Reforma Política Democrática e Eleições Limpas", bem como a unificação dos esforços de entidades e pessoas pela necessária e urgente Reforma Política. Naquele dia, 35 entidades assinaram o Projeto de Lei.
6. Esta proposta de Reforma Política foi entregue ao presidente da Câmara Federal, Deputado Henrique Alves, pelas entidades, agora em número de 44, na presença de dezenas de parlamentares apoiadores, dia 10/9/2013.
Cerca de 130 parlamentares subscreveram a proposta. Explicitamos ao presidente da Câmara Federal a necessidade de se colocar a proposta em votação imediatamente para que fosse ao senado e logo sancionada pela Presidente da República, de modo a cumprir o tempo regulamentar e passar a valer já nas próximas eleições.
O referido Deputado reconheceu a importância do ato, a legitimidade da proposta e assumiu, diante de todos, o compromisso de colocá-la em votação. Em ato contínuo, noticiamos aos veículos de comunicação que nos aguardavam na sala de entrada da Câmara Federal. Informo aos senhores que muitos veículos de comunicação não têm interesse na Reforma Política: mesmo acompanhando intensa movimentação naqueles dias, alguns veículos não noticiaram o fato.
7. A Reforma Política não foi colocada em votação. Já imaginávamos esta possibilidade. Por isso a proposta foi elaborada no formato de Projeto de Lei de Iniciativa Popular, acompanhada da folha de assinaturas. Precisamos nos empenhar neste grande trabalho e desencadear uma campanha cívica, unificada, solidária pela efetivação da Reforma Política, assim como aconteceu, vitoriosamente, em vários outros momentos da história recente do Brasil, como as campanhas pelas eleições diretas, ficha limpa, recursos para a saúde.
8. Os principais pontos do Projeto de Lei de Iniciativa Popular são os seguintes:
 - a. Proibição do financiamento de campanha por empresa. Instauração do financiamento democrático de campanha, constituído do financiamento público e de contribuição de pessoa física limitada a R\$ 700,00. O total desta contribuição não poderá ultrapassar o limite de 40% dos recursos públicos recebidos pelo partido, destinados às eleições;
 - b. Adoção do sistema eleitoral do voto dado em listas pré-ordenadas, democraticamente formadas pelos partidos com a participação dos filiados e não só dos dirigentes, e submetidas a dois turnos de votação, constituindo o sistema denominado "voto transparente", pelo qual o eleitor inicialmente vota no partido e posteriormente escolhe individualmente um dos nomes da lista;
 - c. Alternância de gênero nas listas mencionadas no item anterior;
 - d. Regulamentação dos instrumentos da Democracia Participativa, previstos no art. 14 da Constituição, de modo a permitir sua efetividade, reduzindo-se as exigências para a sua realização, ampliando-se o rol dos órgãos legitimados para iniciativa de sua convocação, aumentando-se a lista de matérias que podem deles ser objeto, assegurando-se financiamento público na sua realização e se estabelecendo regime especial de urgência na tramitação no Congresso;
 - e. Modificação da legislação para fortalecer os partidos, para democratizar suas instâncias decisórias especialmente na formação das listas pré-ordenadas, para impor programas partidários efetivos e vinculantes, para assegurar a fidelidade partidária, para considerar o mandato como pertencente ao partido e não ao mandatário;

- f. Criação de instrumentos eficazes voltados aos segmentos sub-representados da população, como os afrodescendentes e indígenas, com o objetivo de estimular sua maior participação nas instâncias políticas e partidárias;
- g. Previsão de instrumentos eficazes para assegurar o amplo acesso aos meios de comunicação e impedir que propaganda eleitoral ilícita, direta ou indireta, interfira no equilíbrio do pleito, bem como garantias do pleno direito de resposta e acesso às redes sociais.

Estamos cientes da complexidade desta matéria, mas também convictos de que a **Reforma Política é uma das principais iniciativas da população brasileira** neste momento,

considerando os baixos índices de credibilidade dos poderes legislativo, judiciário e executivo, dos partidos políticos;

considerando que a inclusão social em curso aprimora a consciência cívica, o desejo de participação e a cobrança de direitos;

considerando que povo brasileiro, especialmente a juventude, reage fortemente contra os escândalos de corrupção e exigem punição efetiva para os culpados;

considerando as distorções do sistema político e eleitoral que alargam o fosso entre a Nação e o Estado, os representados e os representantes, a sociedade e o governo;

considerando que a atual conjuntura impõe que se proceda com urgência a uma profunda Reforma em nosso sistema político e eleitoral.

Por isso, apresentamos a "Coalizão pela Reforma Política Democrática e Eleições Limpas" como o melhor caminho possível neste momento para esta transformação e conclamamos a todos os brasileiros em suas cidades, mas especialmente, por esta carta, a todos os bispos e suas dioceses a participarem desta Campanha pelo aperfeiçoamento da Democracia.

Este assunto já foi tratado em reuniões do CONSEP e do CONSELHO PERMANENTE da CNBB e será aprofundado a cada passo neste caminho.

Renovo-lhe meus sentimentos de respeito e fraternidade, em Cristo Jesus.

Cordialmente,

Dom Joaquim Giovanni Mol Guimarães
Bispo Auxiliar de Belo Horizonte
Presidente da Comissão Episcopal Pastoral para a Cultura e Educação
Presidente da Comissão de Acompanhamento da Reforma Política

Importante:
Esta Ficha, em seu formato original, assim como a íntegra do PL está disponível no site: www.eleicoeslimpas.org.br



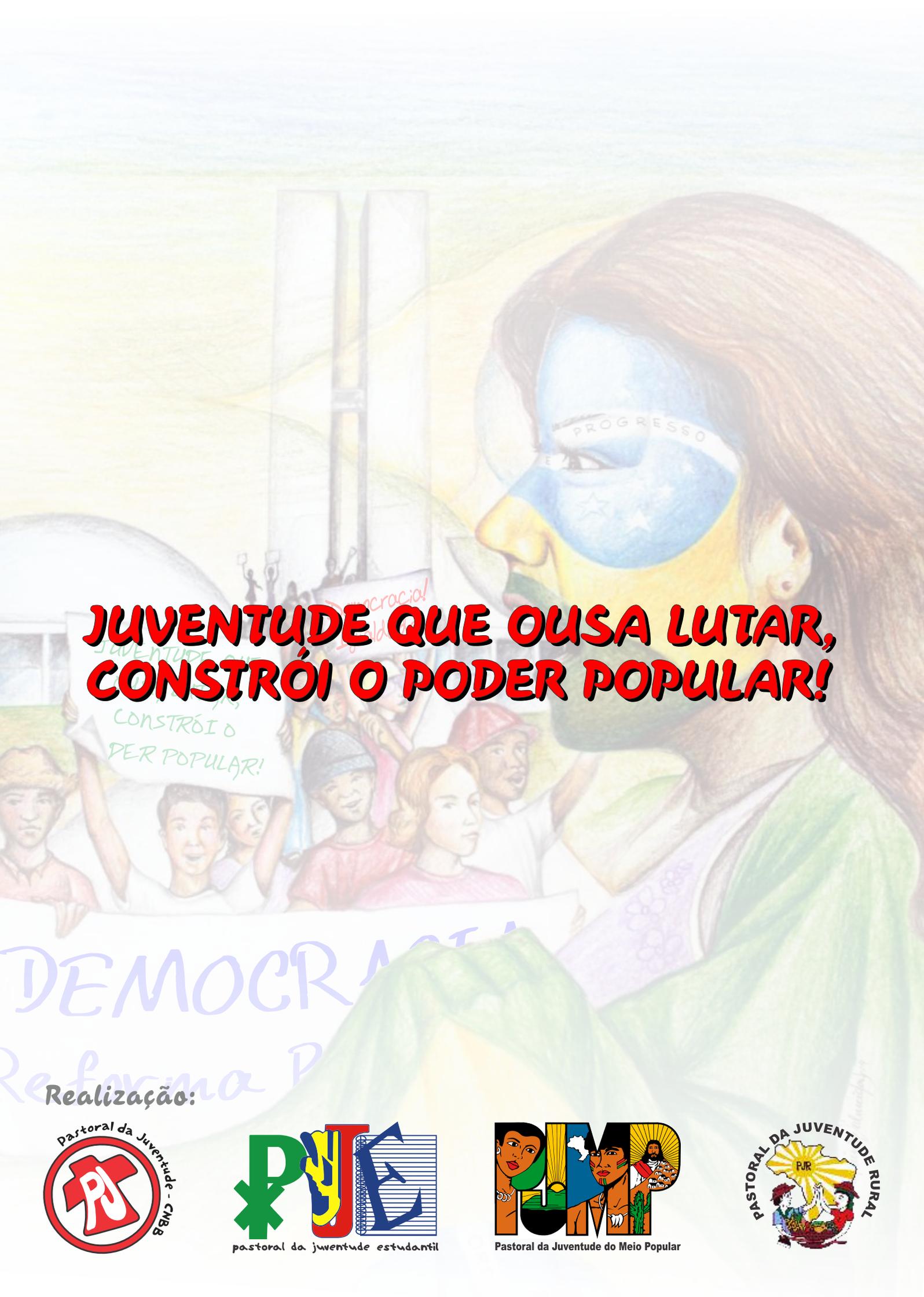
Subscrições ao projeto de lei de Iniciativa popular elaborado pela **Coalizão pela Reforma Política Democrática e Eleições Limpas** que objetiva afastar das eleições o abuso de poder econômico, racionalizar o sistema eleitoral, promover a inclusão política das mulheres e demais grupos sub-representados e favorecer o uso dos mecanismos da democracia direta.

Coalizão pela Reforma Política Democrática e Eleições Limpas: CNBB, OAB, MCCE, Plataforma dos Movimentos Sociais pela Reforma do Sistema Político, Frente Parlamentar pela Reforma Política com Participação Popular, CUT, CONIC, UNE, UBES, CONTAG, CNLB, Movimento Nacional Contra Corrupção e pela Democracia, UNASUS, IDES, CRISCOR, MST, ABRAMPPE, CONFEA, IUMA, Instituto Atuação, Aliança Cristã Evangélica Brasileira, CJP/DF, FENAJ, POM, Visão Mundial, Escola de Fé e Política/Campina Grande, CFF, CFESS, Cáritas Brasileira, MPA Brasil, SINPRO/DF, CTB/DF, ASBRALE/DF, Igreja Batista Coqueiral/Recife, Instituto Solidare/PE, SUAS, Aliança Evangélica, CBJP, 5ª Semana Social Brasileira/ CNBB, Via Campesina, MMC, IBDCAP, CSEM, CNTE.

NOME (Por extenso e sem abreviar)				DATA DE NASCIMENTO / /	
NOME DA MÃE (Por extenso e sem abreviar)				ASSINATURA OU IMPRESSÃO DIGITAL	
Nº TÍTULO DE ELEITOR	ZONA	SEÇÃO	MUNICÍPIO/UF ONDE VOTA		
NOME (Por extenso e sem abreviar)				DATA DE NASCIMENTO / /	
NOME DA MÃE (Por extenso e sem abreviar)				ASSINATURA OU IMPRESSÃO DIGITAL	
Nº TÍTULO DE ELEITOR	ZONA	SEÇÃO	MUNICÍPIO/UF ONDE VOTA		
NOME (Por extenso e sem abreviar)				DATA DE NASCIMENTO / /	
NOME DA MÃE (Por extenso e sem abreviar)				ASSINATURA OU IMPRESSÃO DIGITAL	
Nº TÍTULO DE ELEITOR	ZONA	SEÇÃO	MUNICÍPIO/UF ONDE VOTA		
NOME (Por extenso e sem abreviar)				DATA DE NASCIMENTO / /	
NOME DA MÃE (Por extenso e sem abreviar)				ASSINATURA OU IMPRESSÃO DIGITAL	
Nº TÍTULO DE ELEITOR	ZONA	SEÇÃO	MUNICÍPIO/UF ONDE VOTA		
NOME (Por extenso e sem abreviar)				DATA DE NASCIMENTO / /	
NOME DA MÃE (Por extenso e sem abreviar)				ASSINATURA OU IMPRESSÃO DIGITAL	
Nº TÍTULO DE ELEITOR	ZONA	SEÇÃO	MUNICÍPIO/UF ONDE VOTA		
NOME (Por extenso e sem abreviar)				DATA DE NASCIMENTO / /	
NOME DA MÃE (Por extenso e sem abreviar)				ASSINATURA OU IMPRESSÃO DIGITAL	
Nº TÍTULO DE ELEITOR	ZONA	SEÇÃO	MUNICÍPIO/UF ONDE VOTA		
NOME (Por extenso e sem abreviar)				DATA DE NASCIMENTO / /	
NOME DA MÃE (Por extenso e sem abreviar)				ASSINATURA OU IMPRESSÃO DIGITAL	
Nº TÍTULO DE ELEITOR	ZONA	SEÇÃO	MUNICÍPIO/UF ONDE VOTA		

IMPORTANTE

- 1) Encaminhe o formulário preenchido para o MCCE. Endereço: SAS, Quadra 05, Lote 2, Bloco N, 1º andar - Brasília-DF - CEP: 70.070-913.
- 2) A íntegra do PL está disponível no site www.eleicoeslimpas.org.br.
- 3) Assine este formulário ou assine eletronicamente pelo site www.eleicoeslimpas.org.br.



**JUVENTUDE QUE OUSA LUTAR,
CONSTRÓI O PODER POPULAR!**

DEMOCRACIA

Reforma P

Realização:

